

A CENTRALIDADE NAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES: UMA ANÁLISE DA MICRORREGIÃO DE FRUTAL NO TRIANGULO MINEIRO

Eng.º Adriano Reis de Paula e Silva
Mestrando em Geografia do Instituto de Geografia/UFU
eng_adrianoreis@hotmail.com

Beatriz Ribeiro Soares
Profa. Dra. Instituto de Geografia/UFU
brsoares@ufu.br

RESUMO

Este trabalho busca analisar a formação da centralidade, verificando as características que este possui nas pequenas e médias cidades. A partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção e a concretização do processo de industrialização, e através dos avanços tecnológicos percebe a intensificação do processo de urbanização. A discussão da produção do espaço e centralidade na cidade de Frutal (MG), localizado no Triângulo Mineiro, para uma melhor compreensão da estruturação e da funcionalidade dentro da microrregião. O planejamento, tanto o intra-urbano quanto o interurbano, se resume num instrumento que norteia as ações dos municípios, no qual se faz uma avaliação das potencialidades locais, buscando mais oportunidades de emprego e geração de renda para os seus moradores.

Palavras-Chave: Espaço Urbano; Centralidade; Frutal; Pequenas Cidades

THE CENTRALITY SMALL AND MEDIUM-SIZED CITIES: THE EXAMPLE OF THE MICROREGION FRUTAL OF TRIANGLE MINER

ABSTRACT

This paper seeks to analyze the formation of the centrality, checking the features that this has on small and medium-sized cities. From the development of the capitalist mode of production and implementation of the industrialization process, and through technological advances sees the intensification of the urbanization process. The discussion of production space and centrality in the city of Frutal (MG), located in the Triângulo Mineiro, for a better understanding of the structure and functionality within the microregion. The planning, both the intra-urban and interurban the technique, is an instrument that guides the actions of municipalities, in which he makes an assessment of potential sites, looking for more job opportunities and generating income for its residents

Keywords: Urban space; Centralization; Frutal, Small Towns

INTRODUÇÃO

A produção do espaço e centralidade na cidade de Frutal (MG) relativo à microrregião localizada na região do Triângulo Mineiro, antigo Sertão da Farinha Podre, com uma área de 2.436,60km². Em 5 de outubro de 1885, de acordo com Lei n.º 3325, o distrito foi emancipado e elevado à categoria de Vila, denominada Carmo do Fructal, desmembrando-se de Uberaba. Sua elevação à categoria de Cidade se deu em 04 de outubro de 1887, através da Lei nº 3.464, já com o nome de Frutal.

No Censo Demográfico de 2000 do IBGE, verifica-se que mais de 80% da população brasileira vivem em áreas urbanas, como cidades e vilas, as quais se mostram num contínuo processo de crescimento. A partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção e a concretização do processo de industrialização e através dos avanços tecnológicos percebe a intensificação do processo de urbanização.

Recebido em 07/02/2010

Aprovado para publicação em 22/12/2010

Assim, no dizer de Carlos (2005), as cidades, como produto da divisão social do trabalho e do poder nela centralizado, em cada período histórico, assumem dinâmicas diferenciadas, com formas e funções distintas.

A partir dos últimos anos do século XX e início do século XXI, vem ocorrendo profundas transformações sociais e econômicas decorrentes da concretização de desenvolvimentos tecnológicos que estimulam o processo de reestruturação do sistema capitalista de produção, principalmente na organização das cidades e de seus espaços intra-urbanos (CASTELLS, 1999). De acordo com este autor, as transformações em curso da seguinte maneira:

[...] individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada, geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o estado do bem-estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas de cada sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital (CASTELLS, 1999, p. 21-22).

Nesse processo, as formas de produção e expansão física da cidade têm se modificado gerando novas morfologias. Whitacher (2003) destaca a necessidade de se considerar o centro e a centralidade, pois

Não existe cidade sem centralidade, por isso se compreende que a única categoria que pode ser utilizada para definir a cidade em todos os tempos é o centro. Mas deve-se procurar compreender o conteúdo da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes empreendidos para sua apreensão, na perspectiva de se entender como ela se realiza no âmbito de diferentes formações sociais. (WHITACHER, 2003, p. 128)

A centralidade abrange várias escalas, organizando e articulando a cidade em redes, tanto no intra-urbano quanto no interurbano, provocando nas cidades, o surgimento de terrenos vazios no momento em que se expandem os seus limites, que será abordada como difusa. Às vezes, de forma especulativa, esses vazios serão beneficiados com a implantação de infra-estrutura nessas áreas recém loteadas, o que propicia uma valorização imediata dos mesmos em função da acessibilidade criada. Desta forma, a maioria das cidades ainda está passando por um processo de reestruturação urbana, adaptando o surgimento de novas centralidades. Apresentando estruturas intra-urbanas diferenciadas, de acordo com as diferentes categorias hierárquicas – pequena, média e grande.

A discussão da centralidade na cidade de Frutal (MG) se faz importante para que o município tenha uma melhor compreensão de sua estruturação a respeito de funcionalidade dentro da microrregião, em torno de questões setoriais e temáticas relacionadas com o seu desenvolvimento, e novas dinâmicas devem ser pensadas como novas formas produtivas que alteram as formas urbanas, tanto quanto o assentamento urbano em todos os níveis da sociedade.

(RE) ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Antes de abordar a reestruturação do espaço urbano, é importante compreender a estruturação urbana na sua concepção. O conceito de estrutura segundo Sposito (2004) diz respeito a um momento do processo de estruturação, a forma como se encontra e se articulam os usos do solo em um determinado momento. Segundo a autora a estruturação da idéia de processo, fenômeno este responsável pelo desenvolvimento de formas produtivas.

A expressão estrutura urbana dá ênfase nos processos urbanos como um todo; já a estrutura da cidade prioriza as formas, a morfologia da cidade propriamente dita. Em se tratando da reestruturação, Sposito (2004) diz que é um termo que deve ser utilizado a fim de se fazer referência aos períodos em que é vasta e profunda a adaptação as mudanças que orientam os processos de estruturação urbana e das cidades. Sendo assim, a reestruturação urbana é o termo mais adequado para se tratar das dinâmicas mais recentes nos âmbitos regionais ou referentes às redes urbanas e a reestruturação das cidades, segundo a autora, é o termo mais compatível às análises dos espaços da cidade, ou seja, do intra-urbano.

A discussão sobre a reestruturação urbana adquiriu maior vigor na análise geográfica, nas últimas décadas, em unção de todas as transformações pelas quais vem passando as cidades.

No entanto, como destaca Villaça (2001), as especificidades da reestruturação têm um âmbito nos níveis intra-urbano e interurbano. Segundo esse autor,

O que comumente se chama estruturação urbana não é estruturação (ou reestruturação) urbana, mas estruturação (ou reestruturação) regional, pois não aborda o elemento urbano da estrutura regional, o processo de urbanização enquanto processo do espaço regional (VILLAÇA, 2001, p. 19).

Historicamente, no caráter urbano, têm-se a visão distorcida do que é periferia, que a associa ao local onde as famílias de baixa renda residem. No processo de estruturação da cidade era comum que as famílias tradicionais, mais conceituadas e com maior poder econômico, residam no centro, e as demais na periferia. Neste contexto, Sposito (2004) argumenta que as cidades brasileiras tiveram suas estruturas urbanas orientadas por uma relação em que as áreas centrais detinham melhores estruturas físicas e de acessibilidade, e na área periférica de uso residencial para a população com menor poder aquisitivo. Na realidade, percebe-se uma complexidade maior quanto à ocupação desta área, o autor expõe que no processo de reestruturação cria-se à periferia de status, que seria um tipo de auto-segregação, na qual as classes médio-altas residem em loteamentos planejados, condomínios fechados, entre outros, agora, distantes do centro da cidade, visando-se o isolamento, na procura de se resguardarem da violência.

Nesta perspectiva, o planejamento urbano deixa de ser um mero instrumento de controle do uso do solo para se tornar um instrumento que introduz o desenvolvimento das cidades. Deverá assegurar os espaços adequados para a provisão de novas moradias que atendam a demanda da população e preveja condições atraentes para empresas, conforme as características locais e regionais, itens vitalmente importantes para o a produção do espaço equilibrado.

A CIDADE E SUA NOVA FUNCIONALIDADE

Para a compreensão da funcionalidade das cidades no mundo moderno, temos que considerar os vários elementos que se relacionam em diversas parcelas do território, uma vez que são múltiplas as determinações do processo de urbanização, como argumenta Weber (1979):

Toda cidade, no sentido que aqui damos a essa palavra, é um 'local de mercado', quer dizer, conta como centro econômico do estabelecimento com um mercado local e no qual em virtude de uma especialização permanente da produção econômica, também a população não-urbana se abastece de produtos industriais ou de artigos de comércio ou de ambos e, como é natural, os habitantes da cidade trocam os produtos especiais de suas economias respectivas e satisfazem desse modo suas necessidades (WEBER, 1979, p. 69).

Ao tratar da questão de como pode fundar-se uma cidade, Weber (1979) sugere que seria de dois modos: a) através da indústria em regime de especialização e b) pelo intercâmbio regular de mercadorias. Enfim, num local de mercado ou um estabelecimento de mercado. Neste momento, a relação campo-cidade não é homogênea, o autor fala de componentes predominantes de uma ou de outra situação, ou seja, mistos. Conceitua-se então, que a denominação de cidade não é apenas um local em que se produzem e comercializam bens, mas é um local onde pessoas se organizam e interagem com base em interesses e valores, formando grupos de afinidade e de interesse.

A vida econômica, a sofisticação dos bens e serviços ofertados, que podemos definir como um centro de gestão do espaço urbano, não é diversificado somente pelo tamanho demográfico, mas também pela renda média das pessoas, além de fatores histórico-culturais. Compreendendo assim, que o tamanho das cidades, tanto em termos populacionais quanto territoriais, não pode ser unicamente determinante para a existência de problemas, mas sim a postura assumida pelos planejadores e as condições econômicas, sociais e espaciais estabelecidas, vão determinar a intensidade desses problemas.

Com o desenvolvimento industrial no século XX, o processo de mudanças no campo brasileiro se intensificou e a divisão territorial do trabalho, tendo o modelo urbano-industrial como norte, transformou a atividades processadas no campo.

Diante deste contexto, parte considerável das áreas de cerrados, no Brasil, passou a ser configurada segundo o modelo agrícola moderno, ou seja, logo após 1970, rompendo,

gradativamente, com a “antiga” estrutura da fazenda autosuficiente e engrenando nas relações tipicamente capitalistas, estabelecendo vínculos com a indústria, com a agroindústria e com o capital financeiro. Com base nesses três eixos de ação, o Estado financiou a modernização da agricultura e a implantação de infraestrutura de estradas, armazenamento, eletrificação rural, formação de mão de obra, entre outros (SOARES, 2007).

Com os projetos para o desenvolvimento econômico das áreas do cerrado associado ao capital privado, vários municípios dos estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais ingressaram na economia agrícola moderna, ocuparam áreas agricultáveis com o cultivo de soja. A presença de homens no campo, praticamente só é verificada em períodos pré-estabelecidos, como no cultivo, na colheita e em algum momento homem e máquina fazem a pulverização de produtos químicos, entre outros.

A partir deste fenômeno, inicia-se a descentralização industrial e a modernização agrícola além de promover mudanças no padrão da divisão territorial do trabalho no país, o que favoreceu o crescimento das cidades, especificamente das pequenas e médias cidades, modificando para a atual rede urbana brasileira.

Para Soares (2007), a descontinuidade na forma de ocupação do território está, sobretudo, associada ao caráter dinâmico do mercado da habitação e da afirmação do setor imobiliário. Este processo de urbanização tem seguido, muitas vezes, um modelo difuso que gera, não só, modelos insustentáveis de organização territorial, nomeadamente face à gestão dos recursos, à dotação de infraestruturas básicas e à prestação de serviços.

O difuso é uma espécie de resultado da interpenetração da condição rural na condição urbana ou vice-versa, com processos de construção diferentes, ao longo do tempo. A urbanização difusa permite a coabitação entre o rural e o urbano, entre a cidade e o campo, de uma forma que não é necessariamente caótica ou desordenada, mas antes um modelo de ocupação territorial que não contempla amplos espaços vazios (SOARES, 2007).

A complexidade da definição dos limites urbanos foi ainda mais intensificada com o surgimento da sociedade em rede e o seu desdobramento no espaço dos fluxos, tão precisamente descrito por Castells (1999). São as empresas, os grupos sociais, os projetos de comunicação, culturais que modificam os pré-existentes, mediante mecanismos de competência econômica, eficiência organizativa e inovação cultural. Analisar estes novos processos equivale entender as fontes de poder, riqueza e influência na sociedade em que vivemos.

De acordo com a história, o pensamento do desenvolvimento local atua, na maioria das vezes, com um aspecto competitivo, ou seja, os planejadores pensavam apenas em questões financeiras, tributárias e de geração de receitas. Entretanto, como o crescimento da ocupação urbana vem justamente reforçar a importância do desenvolvimento local na ampliação do regional, cria-se a necessidade da formação de identidades e de diferenciação das regiões e das comunidades, para enfrentarem um mundo de extrema competitividade, reforçando a necessidade de ajustes estruturais na economia e nas organizações, para se adaptar ao novo contexto globalizado.

As pequenas e médias cidades, com a população entre 50 e 500 mil habitantes tiveram significativa importância no crescimento urbano brasileiro no período de 1950 a 1991. Com a globalização, podemos observar que as relações entre as cidades vêm se tornando cada vez mais complexas, frente a uma nova dinâmica na ocupação territorial. Assim, o comércio internacional vem se tornando importante para estas cidades, assim como investidores nacionais, devido as instalações que movimentam o comércio local, enquanto os centros metropolitanos tendem a produzir serviços especializados e gerenciais. Neste contexto, as pequenas e médias cidades vêm se tornando verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, absorvendo um pouco dos processos acumulativos próprios da contemporaneidade modernidade.

A influência de cada cidade é em função de seu tamanho e, na caracterização de uma rede urbana equilibrada, definindo o desenvolvimento regional, e do país, assim o planejamento territorial vem caracterizando-se como estratégico, envolvendo redes de cidades, num elo direto, sem intermediações assentadas nas hierarquias, como argumenta Santos (1989).

É claro que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares, e

nas pequenas cidades se apresenta mais residualmente. A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas. Temporalidades e espacialidades diversas são tidas como essenciais, sendo que as grandes cidades concentrariam os elementos dinâmicos deste processo.

[...] uma sociedade pode instituir tanto a repartição social de facilidades urbanas (equipamentos, serviços, ambientes), quanto a apropriação social do espaço, para fins de trabalho, de moradia, etc., bem como a localização das atividades econômicas e seus diferentes efeitos sociais (NYGAARD, 2005, p. 193).

Desta perspectiva, o planejamento, tanto o intra-urbano quanto o interurbano, é um instrumento que irá nortear as ações dos municípios por um determinado período, no qual se faz uma avaliação das potencialidades locais, revelando suas contradições e, a partir destas, estabelece diretrizes, prioridades e estratégias a fim de se alcançar os objetivos definidos.

A CIDADE DE FRUTAL (MG)

Frutal (MG) está localizada na região do Triângulo Mineiro, do estado de Minas Gerais, e na microrregião de mesmo nome. Conforme denominação do IBGE, a mesorregião do Triângulo Mineiro compreende 33 municípios, distribuídos entre as Microrregiões de Itutiutaba, Uberlândia, Frutal e Uberaba. A Microrregião de Frutal conta com os municípios de Campina Verde, Carneirinho, Comendador Gomes, Fronteira, Frutal, Itapagipe, Iturama, Limeira do Oeste, Pirajuba, Planura e São Francisco de Sales. A população de Frutal, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) está com 53.474 habitantes, um crescimento regular a média do estado, conforme tabela abaixo:

TABELA 1
Evolução populacional de FRUTAL (MG)

<i>ANO</i>	<i>POPULAÇÃO</i>
1991	41.424
1996	45.329
2000	46.566
2007	51.766

Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)

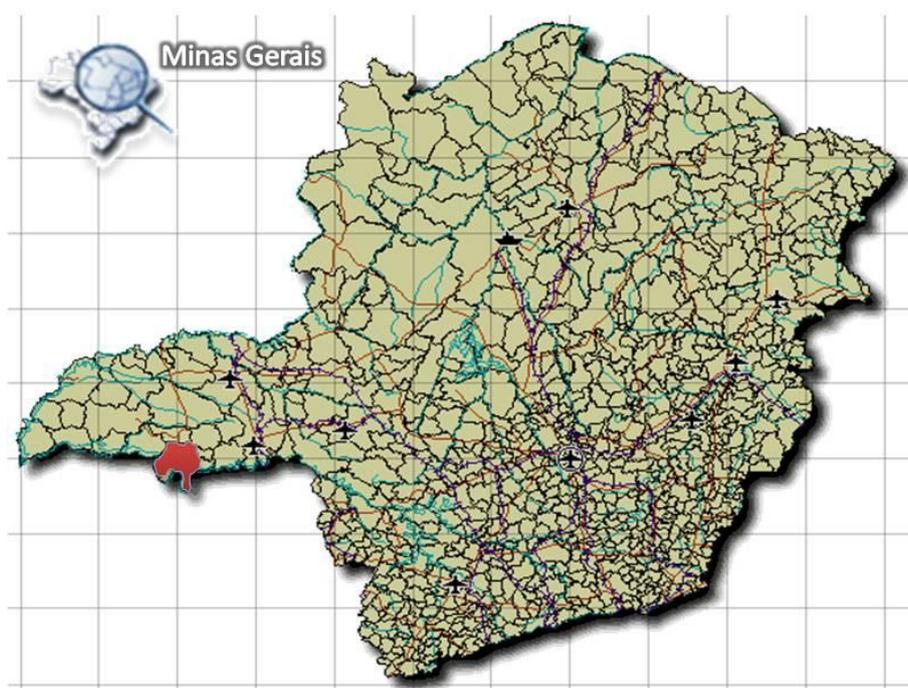


Fonte: Prefeitura Municipal de Frutal (2009)

FIGURA 1: Vista da Igreja da Matriz e Fonte Luminosa - FRUTAL (MG)

A constituição do município foi relatada por vários autores sertanistas da comunidade, segundo MATA (1982) o povoamento da região onde hoje se localiza o município, teve início no século XVIII, em especial a partir de 1736 quando, por ordem do governador Martinho de Mendonça, foi aberta a Picada de Goiás, no trecho que saía de Pitangui rumo a noroeste, tendo sido concedidas sesmarias para localização de estâncias ao longo da Picada, onde também foram se formando pontos de parada e abastecimento. À época das bandeiras, a região, hoje conhecida como Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foi denominada de Sertão da Farinha Podre, em virtude do fato de que alimentos estocados pelos comboios eram encontrados deteriorados, quando de seu regresso. Até 1816, o Sertão da Farinha Podre pertencia à capitania de Goiás, só então passando à capitania das Minas Gerais, através de alvará do rei D. João VI.

Na pesquisa sobre a Original História de Frutal, FERREIRA (2002) descreve que Antônio de Paula e Silva construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora do Carmo, ao redor da qual se formou um povoado, passagem obrigatória para os que transitavam de São Paulo para Goiás e Mato Grosso. Em seus primórdios, o lugar tinha como atividade econômica fundamental a pecuária, sendo que o povoamento da região teve como móvel principal a agropecuária para abastecimento de bandeirantes, viajantes e localidades de exploração aurífera. E o grande número de frutos silvestres na região inspirou o nome do atual município, cujas origens estão ligadas a um modesto rancho, onde em 1835 o pioneiro Antônio de Paula e Silva fixou sua residência. A chegada de numerosas pessoas que se fixaram no povoado favoreceu o seu rápido crescimento, passando à categoria de Arraial em 1850. Em 1854, foi incorporado ao Município de Uberaba e, em 14 de maio de 1858, elevado à condição de "Distrito de Paz". E a sua elevação à categoria de Cidade se deu em 4 de outubro de 1887.



Fonte: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010)
Adaptado por Adriano Reis de Paula e Silva (2010)

FIGURA 2: Estado de Minas Gerais - Brasil

O modal de transporte predominante na região é o rodoviário. Situado no centro de uma grande malha viária formada pelas BR's 050, 153, 262 e 364 e MG's 255 e 427, que a ligam por via asfáltica aos principais centros do país, bem como às mais importantes cidades do Triângulo Mineiro e aos municípios situados em seu entorno, assim como aos povoados e distrito do município, com a distância de 628 km da capital Belo Horizonte, a 138 km de Uberaba-MG, 175 km de Uberlândia-MG, 200 km de Itumbiara-GO, 78 km de Barretos-SP, 110 km de São José do Rio

Preto-SP e 500 km da capital paulista, com importância para a Rodovia BR 153 faz a ligação entre as regiões o sul e norte do país e a BR 364 faz a ligação do interior e São Paulo com a região norte do país, destacado no mapa da malha rodoviária da Região Sudeste.

Existem outras concentrações populacionais fora do perímetro urbano, como os povoados de Pradolândia, Boa Esperança, Água Santa, Garimpo do Bandeira e Vila Barroso, e ainda o distrito de Aparecida de Minas que conta com uma população de aproximadamente 2800 habitantes, entre área urbana e rural, situado a 13 km da Rodovia BR 153 no acesso A-900, entre as cidades de Frutal (MG) e Fronteira (MG), distando 24 km da divisa com Estado de São Paulo.

A sua localização e o entroncamento rodoviário colaboram logisticamente para o setor industrial, proporcionando diretamente para o início da expansão do comércio varejista. O município conta ainda com aeroporto perfeitamente apropriado, com iluminação noturna e atendendo os requisitos do Governo Federal, para receber aeronaves com objetivo de realização de comércio, e até mesmo, transporte aéreo comercial.

O comércio é impulsionado pelas indústrias, pelo agronegócio do abacaxi, milho, soja e cana de açúcar, e bem diversificado, que atrai um grande número de pessoas da microrregião que se deslocam diariamente para usufruir do comércio local. A força do setor industrial se concentra nas indústrias do leite e seus derivados, doces, confecções, vestuário, bijuterias, acessórios infantis, produtos alimentícios e produções artesanais. Contemporaneamente, foram implantadas indústrias do setor sucroalcooleiro, usinas de açúcar e álcool, a Usina Cerradão através da união de dois grupos ligados ao agronegócio, o grupo Queiroz de Queiroz e o grupo Pitangueiras, e a Usina Frutal, recentemente adquirida pela multinacional Büngue, e ainda, do setor cervejeiro; a Cervejaria Premium, localizada na Rodovia BR 364 – Km 26,6, com distribuição nas principais regiões dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul.

O município exerce centralidade na microrregião, com a sua estrutura interna em constante processo de transformação e readequação, advento da implantação de novos loteamentos e o surgimento de serviços especializados como Unidade do Corpo de Bombeiros, Unidades Regionais do INSS, Receita Federal, Receita Estadual, e a instalação da nova vara judicial na comarca, que são distribuídos, mensalmente, cerca de 920 processos, e quase 23 mil ações em andamentos, segundo as estatísticas de janeiro a abril deste ano. No setor saúde, através do Hospital Municipal Frei Gabriel, atende também todos os municípios vizinhos.

Passando pela qualidade do ensino ministrado na Rede Municipal de Ensino, comprovado pelos bons índices alcançados no IDEB, apresentado pelo INEP, em 2010, e com a instalação da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Campus de Frutal configura o município em um pólo educacional, frente a sua microrregião.



Fonte: UEMG – Campus de Frutal (2010)

FIGURA 3: UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais, FRUTAL (MG)

Está sendo implantada a Cidade Universitária, que abrigará duas instituições de ensino e pesquisa de porte nacional e internacional, a UEMG – Campus de Frutal e o do Instituto de Águas (HIDROEX), ocorrendo uma notória mudança de hábitos de consumo e de comportamento, implicando diretamente uma reorganização funcional da cidade e coerência da transformação urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana das pequenas e médias cidades está associada ao acentuado processo de urbanização. Experimentos nos últimos anos têm modificado o espaço intra-urbano, da mesma forma, a sua funcionalidade.

A partir deste fenômeno, inicia-se a descentralização industrial e a modernização agrícola além de promover mudanças no padrão da divisão territorial do trabalho no país, o que favoreceu o crescimento das cidades, especificamente das pequenas e médias cidades, modificando para a atual rede urbana brasileira. A reprodução do capital refletiu na descentralização econômica e no desenvolvimento de atividades, colaborando de forma efetiva para o surgimento de novas configurações comerciais.

Neste contexto, as pequenas e médias cidades vêm se tornando verdadeiras fronteiras entre processos rurais e urbanos, absorvendo um pouco dos processos acumulativos próprios da contemporaneidade modernidade. A influência de cada cidade é em função de seu tamanho e, na caracterização de uma rede urbana equilibrada, definindo o desenvolvimento regional, e do país, assim o planejamento territorial vem caracterizando-se como estratégico, envolvendo redes de cidades, num elo direto, assegurando os espaços adequados para a provisão de novas moradias que atendam a demanda da população e preveja condições atraentes para empresas, conforme as características locais e regionais.

Em Frutal, a sua localização potencializa uma atração para o setor industrial, sobretudo a transformação do município em pólo educacional, possibilitará ao município uma notória expansão urbana, e sócio-econômica.

Constata-se também um significativo crescimento no setor da construção civil, com surgimento de diversos bairros, tanto para classe média quanto para quem dispõe de pouco poder aquisitivo, como também a aquisição de terrenos para obras públicas, como as políticas habitacionais.

Assim, o estudo contribui na divulgação do município e políticas de planejamento, proporcionando uma maior visibilidade do crescimento sócio-econômico e suas potencialidades do município, servindo ainda como parâmetros para estudos acadêmicos futuros, que busca a compreensão da relação entre o intra-urbano e o interurbano, para melhor identificação da ocupação do uso do solo dessa cidade.

REFERÊNCIAS

- CARLOS, A. F. A. Dilemas urbanos. São Paulo, Contexto, 2005.
- CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Trajetórias geográficas. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- _____. Rede urbana e formação espacial: uma reflexão considerando o Brasil. Rio de Janeiro, p. 121-129, 2000.
- FERREIRA, Jeová. Original História de Frutal. Uberlândia – MG, Intergraff Editora, 2002.
- MATA, Maria José Lacerda da. Frutal, sua Fundação e seu Povo. Frutal – MG, Diário do Povo, 1982.
- NYGAARD, Paul Dieter. Planos diretores de cidades: discutindo sua base doutrinária. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2005.
- SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo, Hucitec, 1989.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas e médias cidades: um estudo das relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: Maria Encarnação Beltrão Sposito. (Org.). Cidades Médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SPOSITO, M. E. Beltrão. O chão em pedaços: urbanização economia e cidades do estado de São Paulo. Tese (livre docência em geografia) - FCT/UNESP. Presidente Prudente: 2004.
- WHITACHER, A. M. Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto. 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2003.